



**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**

ANEXOS

ATO EXECUTIVO TJ nº 93/2023

**Revisa o Plano Estratégico e a Matriz de Indicadores
Estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Rio de
Janeiro (PJRJ).**

ANEXO I

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo
Presidente do Tribunal de Justiça

Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio
Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa
1º Vice-Presidente

Desembargador Suely Lopes Magalhães
2º Vice-Presidente

Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho
3º Vice-Presidente

Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP) – Composição

I - Desembargador SERGIO RICARDO DE ARRUDA FERNANDES, que a presidirá;

II - Desembargador LUIZ ROLDÃO DE FREITAS GOMES FILHO;

III - Desembargador VITOR MARCELO ARANHA AFONSO RODRIGUES;

IV - Juíza de Direito FERNANDA XAVIER DE BRITO, Auxiliar da Presidência;

V - Juiz de Direito JOÃO LUIZ FERRAZ DE OLIVEIRA LIMA, Auxiliar da Presidência;

VI - Juíza de Direito RENATA GUARINO MARTINS, Auxiliar da Presidência;

VII - Juiz de Direito ALBERTO REPUBLICANO DE MACEDO JUNIOR, Auxiliar da Presidência e integrante do CGTIC;

VIII - Juiz de Direito MARCELO OLIVEIRA DA SILVA, Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça;

IX - Juiz de Direito WILSON MARCELO KOZLOWSKI JUNIOR, representante da Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ);

X - Senhor ANDRE LUIZ DE SABOYA MOLEDO, Secretário-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças;

XI - Senhor DANIEL DE LIMA HAAB, Secretário-Geral de Tecnologia da Informação;

XII - Senhor CARLOS MAURO BRASIL CHERUBINI, Secretário-Geral de Governança, Inovação e Compliance;



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

XIII - Senhora MICHELE VIEIRA DE OLIVEIRA, Diretora do Departamento de Governança e Planejamento Estratégico;

XIV - Senhor BRUNO COELHO SILVA, Secretário-Geral de Logística;

XV - Senhor ALZIMAR ANDRADE SILVA, representante do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (SINDJUSTIÇA-RJ).

Apresentação

Este Plano Estratégico tem por finalidade revisar e estabelecer a estrutura da Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ), sendo fruto da participação institucional, tanto de Magistrados, como de servidores de diversas unidades do TJERJ, membros da Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP), que tem como integrantes Magistrados, representantes das Entidades de Classes de Magistrados e servidores – AMAERJ e SINDJustiça.

A estratégia estabelecida alinha-se à estratégia geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sem perder de vista a necessidade de contemplar, nos seus aspectos concretos, a realidade pertinente ao PJERJ, que consideraram, além de propostas das unidades administrativas, os compromissos assumidos pela atual gestão. Igualmente, os recursos orçamentários para execução dos projetos foram assegurados e constam da proposta que abrange o biênio.

Na metodologia institucional, foram redesenhados os Direcionadores Estratégicos, de modo a renovar a marca da atual gestão em relação aos rumos do PJERJ, bem como traçados objetivos estratégicos, agrupados em Macrodesafios. Estes conceitos foram consolidados no Mapa Estratégico. A estes, posteriormente, foram alinhados projetos que, analisados pela COGEP, foram classificados como estratégicos, considerando, entre outros aspectos, o impacto institucional dos resultados que os mesmos venham a trazer.

Direcionadores Estratégicos do PJERJ

Missão: Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza, visando à pacificação social e efetividade de suas decisões.

Visão: Consolidar-se como instituição pacificadora e solucionadora dos conflitos da sociedade.

Valores do PJERJ:

Ética;

Probidade;

Transparência;

Integridade;

Acesso à justiça;

Celeridade;

Responsabilidade social e ambiental;

Imparcialidade;

Efetividade;

Modernidade.

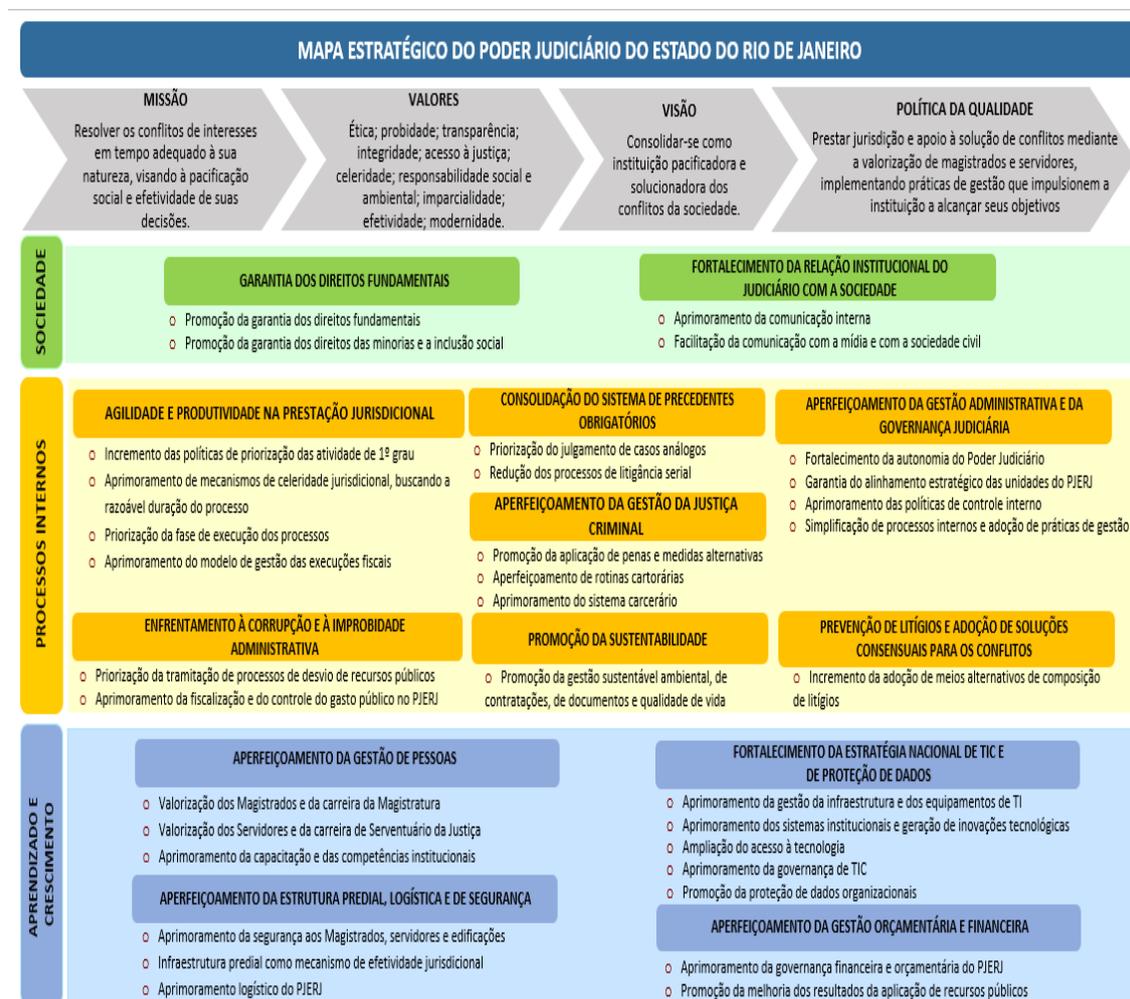


Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Política da Qualidade: Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de Magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos.

Mapa Estratégico do PJERJ

O Mapa Estratégico é a representação gráfica da estratégia institucional, contemplando os Direcionadores, Macrodesafios e Objetivos Estratégicos.





Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

O conceito de Mapa Estratégico se resume em aprendizado e crescimento, visando o aperfeiçoamento dos processos internos, a fim de alcançar o reconhecimento da sociedade, integrando estas perspectivas, em conformidade com a metodologia do Balanced Scorecard (BSC), ferramenta de planejamento que propicia uma visão clara da estratégia da organização.

De acordo com esta metodologia, cada macrodesafio deve contribuir em sucessão com os demais, até que todos interajam para o alcance dos objetivos da organização.

4 Macrodesafios e Objetivos Estratégicos

O presente plano está baseado nos Macrodesafios e respectivos objetivos estratégicos abaixo detalhados:

PERSPECTIVA SOCIEDADE

MACRODESAFIO

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Descrição: Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Objetivos Estratégicos:

Promoção da garantia dos direitos fundamentais
Promoção da garantia dos direitos das minorias e a inclusão social

MACRODESAFIO

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Descrição: Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Objetivos Estratégicos:

Aprimoramento da comunicação interna
Facilitação da comunicação com a mídia e com a sociedade civil

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Descrição: Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Objetivos Estratégicos:

Incremento das políticas de priorização das atividades de 1º grau
Aprimoramento de mecanismos de celeridade jurisdicional, buscando a razoável duração do processo
Priorização da fase de execução dos processos
Aprimoramento do modelo de gestão das execuções fiscais

MACRODESAFIO

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Descrição: Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Objetivos Estratégicos:

Priorização da tramitação de processos de desvio de recursos públicos
Aprimoramento da fiscalização e do controle do gasto público no PJERJ

MACRODESAFIO
CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Descrição: Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

Objetivos Estratégicos:

Priorização do julgamento de casos análogos
Redução dos processos de litigância serial

MACRODESAFIO
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Descrição: Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Objetivos Estratégicos:

Promoção da gestão sustentável ambiental, de contratações, de documentos e qualidade de vida

MACRODESAFIO
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Descrição: Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social. Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social. Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

Objetivos Estratégicos:

Promoção da aplicação de penas e medidas alternativas
Aperfeiçoamento de rotinas cartorárias
Aprimoramento do sistema carcerário

MACRODESAFIO
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Descrição: Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Objetivos Estratégicos:

Fortalecimento da autonomia do Poder Judiciário
Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ
Aprimoramento das políticas de controle interno
Simplificação de processos internos e adoção de práticas de gestão



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

MACRODESAFIO

PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Descrição: Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

Objetivos Estratégicos:

Incremento da adoção de meios alternativos de composição de litígios

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Descrição: Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

Objetivos Estratégicos:

Valorização dos Magistrados e da carreira da Magistratura
Valorização dos Servidores e da carreira de Serventuário da Justiça
Aprimoramento da capacitação e das competências institucionais

MACRODESAFIO

FORTEALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Descrição: Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Objetivos Estratégicos:

Aprimoramento da gestão da infraestrutura e dos equipamentos de TI
Aprimoramento dos sistemas institucionais e geração de inovações tecnológicas
Ampliação do acesso à tecnologia
Aprimoramento da governança de TIC
Promoção da proteção de dados organizacionais

MACRODESAFIO

APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA

Descrição: Refere-se à garantia da infraestrutura física necessária à adequada realização dos processos de trabalho do PJERJ, em todas as esferas de atividade.

Objetivos Estratégicos:

Aprimoramento da segurança aos Magistrados, servidores e edificações
Infraestrutura predial como mecanismo de efetividade jurisdicional
Aprimoramento logístico do PJERJ

MACRODESAFIO

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Descrição: Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

Objetivos Estratégicos:

Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ
Promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos

5 Projetos Estratégicos

A classificação de cada projeto como estratégico é realizada por meio de análise da COGEP, para posterior aprovação da Administração Superior e do Órgão Especial, considerando questões como o impacto dos resultados do projeto para a instituição, entre outras.

A partir da aprovação, as unidades coordenadoras de projetos passam a planejar e acompanhar a execução dos projetos, alcançar as metas e fornecer as informações necessárias a promover a implementação e integração da estratégia institucional.

Seguem relacionados os projetos estratégicos que contribuirão para o alcance dos objetivos estratégicos e macrodesafios:

PROJETO: Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência (continuidade)

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral de Administração

Escopo: Sistema de Pesquisa à Base de Dados de Jurisprudência com tecnologia mais moderna e eficiente, tornando a consulta mais célere e assertiva.

PROJETO: Aprimoramento e monitoramento das medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico (continuidade)

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral de Logística

Escopo: Prestação de serviços de engenharia especializada em manutenção, conservação e instalação de sistemas fixos de proteção e combate a incêndio do PJERJ, incluindo a manutenção preventiva, corretiva e análise dos sistemas instalados nas edificações, conforme relação abaixo:

Avaliação da fiscalização; Planejamento; Mobilização; Suprimento; Levantamento de campo da situação das instalações apresentadas de relatórios; Croqui da situação encontrada; Demolição/escavação de pisos; Desmontagem de tubulações; Remontagem de tubulações; Soldagem de tubulações; Teste de estanqueidade; Pintura de tubulações; Manutenção e reparo de bombas; Teste de bombas; Manutenção e reparo painéis elétricos; Teste de painéis elétricos; Recomposição/pisos/paredes/tetos; Pintura paredes e tetos; Implementação sinalização; Implementação manutenção preventiva; Croqui das instalações concluídas.

PROJETO: Aprimorar a segurança nas instalações do PJERJ com a implementação do sistema de controle de acesso

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral de Segurança Institucional

Escopo: Unidade do PJERJ com o acesso controlado; acautelamento de armas de fogo nas Unidades do PJERJ; acautelamento de objetos que ofereçam risco aos magistrados, servidores e usuários do PJERJ.

PROJETO: Aquisição e implantação de Infraestrutura de Nuvem (Cloud)

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação

Escopo: Disponibilidade de uma infraestrutura de nuvem maior que tenha capacidade de suportar o uso de sistemas no TJRJ, em todas as unidades judiciais.

PROJETO: Contratação para Fornecimento e Instalação de Sistema Fotovoltaica

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral de Logística

Escopo: O produto entregue corresponde a solução de SFCR (Sistemas Fotovoltaicos Conectados à Rede), com a contratação de empresa especializada no fornecimento de sistemas de energia solar fotovoltaica conectados à rede (on-grid), com fornecimento e instalação de todos os materiais e equipamentos, comissionamento, testes e trâmites junto à concessionária de energia elétrica para entrada em operação do sistema, visando atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ nas edificações determinadas pela Alta Administração tecnicamente viáveis de instalação.

PROJETO: Curso de mestrado profissional em Direito para magistrados

Unidade coordenadora: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

Escopo: 1ª Escola de Magistratura Estadual a credenciar Curso Pós-Graduação Stricto Sensu na CAPES.

PROJETO: Digitalização de processos físicos (continuidade)

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral Judiciária



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Escopo: Promover a virtualização de 100% do acervo de processos físicos em andamento do TJRJ, em atendimento ao disposto na Resolução CNJ nº 420/2021.

PROJETO: Implantação de Reconhecimento Facial junto ao monitoramento de imagens de áreas privativas e selecionadas

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral de Segurança Institucional

Escopo: Segurança para os Desembargadores e Magistrados, nos acessos e corredores privativos e selecionados.

PROJETO: Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade)

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral de Segurança Institucional

Escopo: Segurança para os Magistrados nas audiências presenciais.

PROJETO: Implementação do Programa de Integridade/Compliance e Gestão de Riscos

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Escopo: Mecanismos para implementar e/ou aperfeiçoar cultura institucional voltada para integridade/compliance e gestão de riscos.

PROJETO: Implementação e atualização do gerenciamento de serviços baseados no ITIL4

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação

Escopo: Implementação de melhores práticas de gestão de serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação baseadas na biblioteca ITIL 4, incluindo atividades de avaliação, implantação, melhoria, documentação e transição de conhecimento. Este projeto priorizará as práticas de Gerenciamento de Requisição de Serviço; Gerenciamento de Incidente; Central de Serviço; Gerenciamento de Portfólio e Gerenciamento de Catálogo de Serviço.

PROJETO: Implementação e Execução de Política de Governança Institucional

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Escopo: Atos Institucionais unificando conceitos, parâmetros e mecanismos de governança institucional no TJRJ, complementação pela elaboração de um "Guia de Política de Governança Institucional".

Implementação de ações para identificar outras práticas já existentes, bem como estabelecer aquelas que ainda não fazem parte da rotina institucional. Para isso há necessidade de criação/aperfeiçoamento de diversos atos autônomos (unificados pela política), e que tratem de temas fundamentais de governança no setor público, especialmente já recomendados pelos órgãos de governo e já fundamentados em atos e literaturas, em especial, as do CNJ e as do TCU (Referenciais básicos de Governança): Governança Institucional (Geral, reunindo as demais); Governança de gestão estratégica; Governança de contratações; Governança de gestão de pessoas; Governança de riscos; Governança de TI; Código de ética, conduta e integridade – Compliance; Governança de Inovação; Governança de TI; Governança da Sustentabilidade.

PROJETO: Implementação e Execução de Política de Inovações no PJERJ

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Escopo: Implementação de setor e processo de trabalho relacionado à gestão de inovações no PJERJ, com desenvolvimento de alguns projetos piloto de inovação desde o primeiro ano da nova administração (Implementação do Banco de Boas Práticas, Simplificação de Linguagem Jurídica, etc.).

PROJETO: Incentivo à redução do contencioso tributário no âmbito do PJERJ

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral Judiciária

Escopo: Adoção de ações para o incentivo à redução do contencioso tributário no âmbito do PJERJ, em especial junto as Câmaras de Direito Público.

PROJETO: Modernização da Gestão Fiscal (continuidade)

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças

Escopo: O projeto irá integrar ações de planejamento, controle e execução orçamentária, financeira e contábil, visando ao aperfeiçoamento dos processos de trabalho, treinamento e alocação eficiente de pessoas e captação e melhoria dos recursos de TI.

PROJETO: Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos – Fase 2 (continuidade)

Unidade coordenadora: GABPRES/Departamento de Segurança da Informação

Escopo: Atualização tecnológica e integração do Sistema de Controle de Usuários dos sistemas corporativos.

PROJETO: Novo Sistema de Pessoal

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Escopo: O objetivo deste projeto é elaborar um novo GPES, que é o sistema utilizado para registro das situações funcionais de magistrados, servidores e colaboradores do PJERJ.

O GPES receberá os bancos de dados dos atuais sistemas (SHM, SHFTJ, SHF, UNIV, JUI e SisConciliador), que possuem tecnologia obsoleta, que não permite automação das atividades.

Não se trata apenas de migração da base de dados, mas desenvolvimento de cada rotina para que o novo GPES seja um sistema que permita aos usuários a realização eficiente de tarefas.

Em parceria com a SGTEC, o projeto terá as seguintes etapas: Higienização dos bancos de dados; Planejamento do novo banco de dados; Planejamento das novas rotinas, prevendo maior automação; Comunicação plena com os demais sistemas, especialmente com o de folha de pagamento, evitando-se mais de um lançamento da mesma informação; Funcionamento de portais de gestores e de servidores, com máxima disponibilidade de informações e tarefas, evitando-se atendimentos e processos administrativos desnecessários; Migração dos sistemas em plataforma Mumps, que está obsoleta e deve ser extinta.

Conforme relatório apresentado pela consultoria da PUC, esse sistema será desenvolvido internamente, pela SGTEC, com apoio da fábrica de software.

Simultaneamente, objetiva-se a aquisição de um novo Sistema de Pessoal, mediante licitação, para substituir os sistemas de pessoal atualmente existentes, modernizando os bancos de dados e as funcionalidades. Assim, se propõe a aquisição, e a continuidade do desenvolvimento interno até que ultrapassemos o ponto de não retorno do projeto de aquisição do novo sistema.

PROJETO: Política de Revitalização do Museu da Justiça

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral de Administração

Escopo: Adaptação das instalações físicas (internas e externas) do Museu da Justiça, de forma a viabilizar a expansão e o fomento à captação de público e o incremento aos serviços prestados aos usuários, em especial escolas, universidades, pesquisadores e profissionais das áreas pertinentes às suas atividades/atribuições.

PROJETO: Recepção completa e adequada da Nova Lei de Licitações (14.133/21) nas contratações do PJERJ, objetivando o aumento do grau de integridade, transparência e governança das contratações do PJERJ

Unidade coordenadora: Secretaria-Geral de Contratos e Licitações

Escopo: Todo o arcabouço jurídico e operacional interno, necessários para a completa e adequada utilização da Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLCA (14.133/21) no âmbito do PJERJ, em todos os seus dispositivos.

6 Monitoramento do Planejamento Estratégico

O monitoramento da estratégia institucional é realizado por meio de relatório mensal da evolução da implementação dos projetos, da medição periódica dos indicadores constantes da Matriz de Indicadores Estratégicos (Anexo III), e pelo acompanhamento dos resultados efetivos de cada Projeto.

O monitoramento da estratégia pode ser realizado em Reuniões Periódicas, por meio de relatórios periódicos, Relatórios de Informações Gerenciais (RIGER), reuniões da COGEP ou outros meios que a Administração Superior entenda convenientes e necessários para a adequada implementação da estratégia institucional.

7 Considerações Finais

O atual Plano Estratégico é resultado de ampla reflexão acerca das peculiaridades do Judiciário Fluminense e caracteriza um avanço na gestão institucional.

O Plano Estratégico deve ser visto como um instrumento dinâmico de gestão, que contém as linhas de atuação a serem seguidas pelo PJERJ e são passíveis de modificação à medida que o cenário interno e externo se modifica.

ANEXO III

1 Apresentação

Dentro da metodologia de planejamento estratégico, os indicadores que integram esta Matriz têm como finalidade primordial demonstrar de forma quantificável o cumprimento dos objetivos constantes do Mapa Estratégico.

Importante destacar que tais objetivos foram tanto extraídos de diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, quanto da realidade do cenário do Estado do Rio de Janeiro na atualidade.

Os índices e indicadores apresentados buscam expressar, de um modo geral, o andamento da administração em diversos segmentos considerados estratégicos para o adequado funcionamento de seus processos. Seu progresso favorável permite, ainda, inferir o bom desenvolvimento dos projetos definidos como estratégicos.



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Importante destacar que, muitas vezes, um mesmo indicador pode afetar os resultados de mais de um objetivo, sendo primordial para a estratégia institucional.

2 Indicadores Estratégicos

PERSPECTIVA SOCIEDADE

MACRODESAFIO GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Descrição: Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Indicador: PESSOAS BENEFICIADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS

Responsável: Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social

MACRODESAFIO FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Descrição: Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Indicador: PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Responsável: Secretaria-Geral de Administração

Indicador: ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Indicador: INSERÇÕES INSTITUCIONAIS NA MÍDIA

Responsável: GABPRES/Assessoria Especial de Imprensa

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Descrição: Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases.

Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais.

Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Indicador: ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DAS METAS DO CNJ

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Indicador: ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Indicador: TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Indicador: TAXA DE CONGESTIONAMENTO DAS EXECUÇÕES FISCAIS

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Indicador: TAXA DE CONGESTIONAMENTO (FASE DE EXECUÇÃO)

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Indicador: PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO (FASE DE CONHECIMENTO)



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Indicador: PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO (FASE DE EXECUÇÃO)

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Indicador: PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO NAS EXECUÇÕES FISCAIS

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

MACRODESAFIO ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Descrição: Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Indicador: TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS PENDENTES DE IMPROBIDADE, CORRUPÇÃO E CRIMES ELEITORAIS

Responsável: Secretaria-Geral Judiciária

Indicador: TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

Responsável: Secretaria-Geral Judiciária

MACRODESAFIO PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Descrição: Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

Indicador: ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO

Responsável: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Indicador: ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS NOS CEJUSCs

Responsável: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

MACRODESAFIO PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Descrição: Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Indicador: ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE

Responsável: Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social

MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Descrição: Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social.

Prezende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Indicador: PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO NA COMPETÊNCIA CRIMINAL

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Indicador: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA COMPETÊNCIA CRIMINAL

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Descrição: Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Indicador: ÍNDICE DE ATOS ADMINISTRATIVOS QUE DEMONSTREM A INDEPENDÊNCIA DO JUDICIÁRIO

Responsável: Secretaria-Geral de Administração

Indicador: ÍNDICE DE DESEMPENHO NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Indicador: ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Indicador: ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS ESTRATÉGICAS

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Indicador: ÍNDICE DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS COM MAPEAMENTO DE RISCOS CONCLUÍDO

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Indicador: ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INOVAÇÃO NO PJERJ

Responsável: Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance

Indicador: TEMPO DO CICLO LICITATÓRIO

Responsável: Secretaria-Geral de Contratos e Licitações

Indicador: TEMPO DO CICLO PRÉ-LICITATÓRIO (FASE INTERNA)

Responsável: Secretaria-Geral de Contratos e Licitações

Indicador: PERCENTUAL DE CONTRATAÇÕES DIRETAS EMERGENCIAIS

Responsável: Secretaria-Geral de Contratos e Licitações

Indicador: PERCENTUAL DE PRORROGAÇÕES EXCEPCIONAIS EM SERVIÇOS

Responsável: Secretaria-Geral de Contratos e Licitações

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Descrição: Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição.

Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

Indicador: PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Responsável: Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas

Indicador: ABSENTEÍSMO NO PJERJ – MAGISTRADOS E SERVIDORES – GLOBAL

Responsável: Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas

Indicador: ABSENTEÍSMO DE MAGISTRADOS NO PJERJ

Responsável: Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas

Indicador ABSENTEÍSMO DE SERVIDORES NO PJERJ

Responsável: Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas

Indicador: PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO TOTAL PARTICIPANTE DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Responsável: Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas

Indicador: ÍNDICE DE SERVIDORES COM NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIA MAPEADA

Responsável: Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas

Indicador: ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Responsável: Escola de Administração Judiciária

Indicador: ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS

Responsável: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

Indicador: ORÇAMENTO DE CUSTEIO APLICADO EM CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS

Responsável: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Descrição: Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

Indicador: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO

Responsável: Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças

Indicador: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CUSTEIO

Responsável: Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças

Indicador: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Responsável: Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças

MACRODESAFIO FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Descrição: Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Indicador: ÍNDICE DE PROCESSOS ELETRÔNICOS NOVOS

Responsável: Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação

Indicador: IGovTIC-JUD

Responsável: Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação.



**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ
Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**

MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA

Descrição: Refere-se à garantia da infraestrutura física necessária à adequada realização dos processos de trabalho do PJERJ, em todas as esferas de atividade.

Indicador: ÍNDICE DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO

Responsável: Secretaria-Geral de Segurança Institucional

Indicador: PERCENTUAL DO ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO PARA OBRAS, REFORMAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA APLICADOS EM UNIDADES DO 1º GRAU, 2º GRAU E UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Responsável: Secretaria-Geral de Logística

Indicador: PERCENTUAL DO ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA APLICADO EM AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Responsável: Secretaria-Geral de Logística

Indicador: ÍNDICE DE BENS PERMANENTES INVENTARIADOS NAS UNIDADES PATRIMONIAIS DO PJERJ

Responsável: Secretaria-Geral de Logística

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.